



Secretaria de Avaliação Institucional
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PLANEJAMENTO DETALHADO PARA O RECRENCIAMENTO INSTITUCIONAL

MANUAL PARA GRUPO DE TRABALHO

VITÓRIA

2021

EQUIPE ELABORADORA

Profa. Dra. Leila Massaroni

Secretária de Avaliação Institucional

Fernando Mota Monteiro

Coordenador de Avaliação Institucional

Jairo Santos Aquino

Coordenador de Avaliação de Cursos

Josefa Matias Santana

Secretária Executiva

Lorena Neves Nobre de Freitas

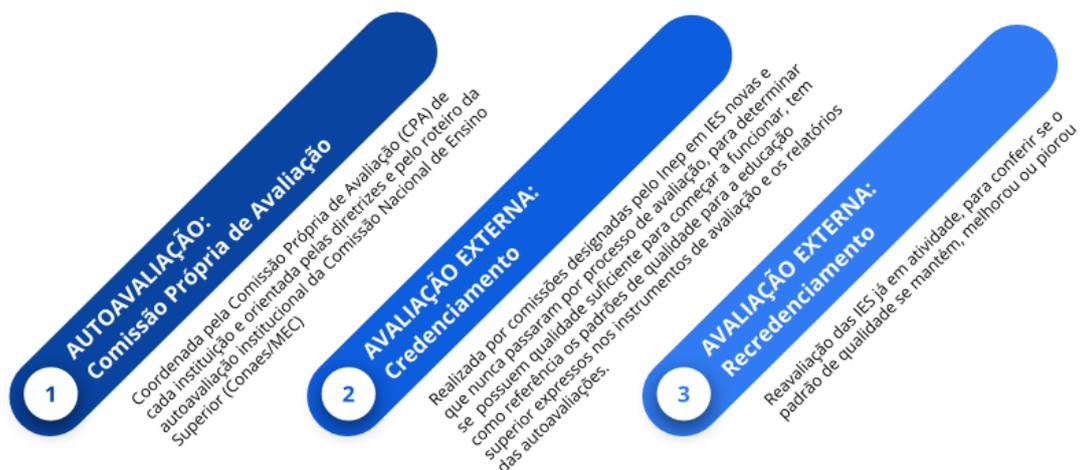
Administradora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
CRONOGRAMA.....	3
O RELATÓRIO DE REcredENCIAMENTO DE 2010.....	5
METODOLOGIA E RESPONSÁVEIS	7
DADOS INSTITUCIONAIS BÁSICOS	10
1 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	10
1.1 Perfil institucional	10
1.2 Projeto pedagógico.....	10
1.3 Implantação e desenvolvimento da instituição – programa de abertura de cursos de graduação presencial e sequencial	11
1.4 Implantação e desenvolvimento da instituição – programa de abertura de cursos de pós-graduação e extensão.....	11
1.5 Organização didático pedagógica da instituição.....	11
1.6 Perfil do corpo docente e corpo técnico-administrativo da instituição	11
1.7 Organização administrativa da instituição.....	12
1.8 Infraestrutura e instalações acadêmicas	12
1.9 Atendimento de pessoas com necessidades especiais	13
1.10 Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira	13
1.11 Ato autorizativo anterior ou ato de criação.....	14
1.12 Outros	14
2 SITUAÇÃO LEGAL, REGULARIDADE FISCAL E PATRIMÔNIO	14
2.1 Situação legal.....	14
2.2 Regularidade fiscal	14
2.3 Demonstração de patrimônio.....	14
3 REGIMENTO DA INSTITUIÇÃO	15
4 INSTALAÇÕES	15
DADOS QUALITATIVOS ESPECÍFICOS	16
INFORMAÇÕES IMPORTANTES	16
FORMULÁRIO ELETRÔNICO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	16
Eixo 1: Planejamento e avaliação institucional.....	16
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	17
Eixo 3: Políticas acadêmicas	18
Eixo 4: Políticas de gestão	20
Eixo 5: Infraestrutura	21

INTRODUÇÃO

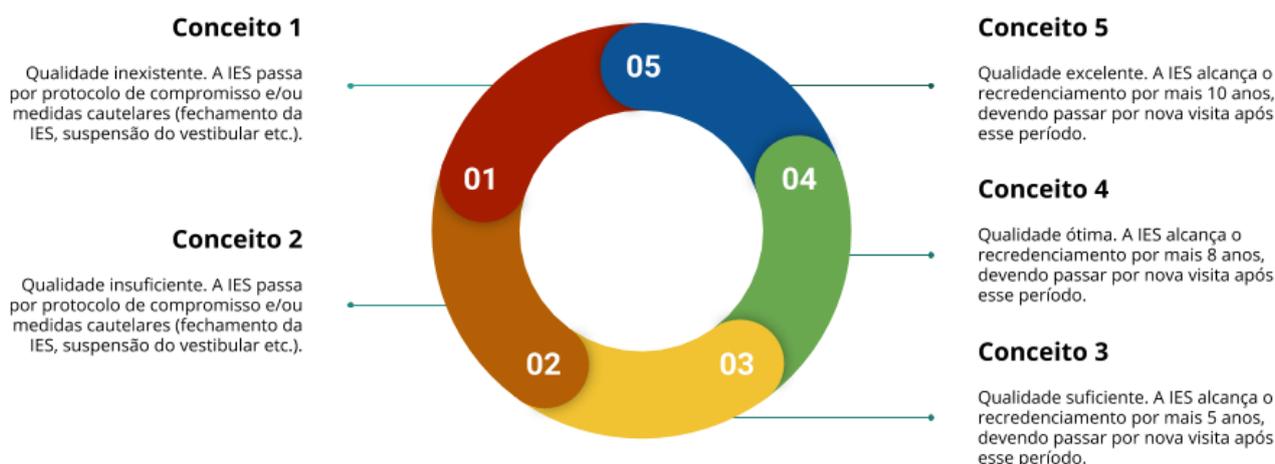
A Avaliação das Instituições de Educação Superior, também denominada Avaliação Institucional, é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e está relacionada à qualidade, expansão, eficácia, efetividade e compromissos sociais das IES. A Avaliação Institucional é direcionada a verificar a qualidade da Instituição de Ensino Superior (IES) como um todo e divide-se em duas modalidades: Autoavaliação e Avaliação Externa (que se subdivide em Credenciamento e Recredenciamento).



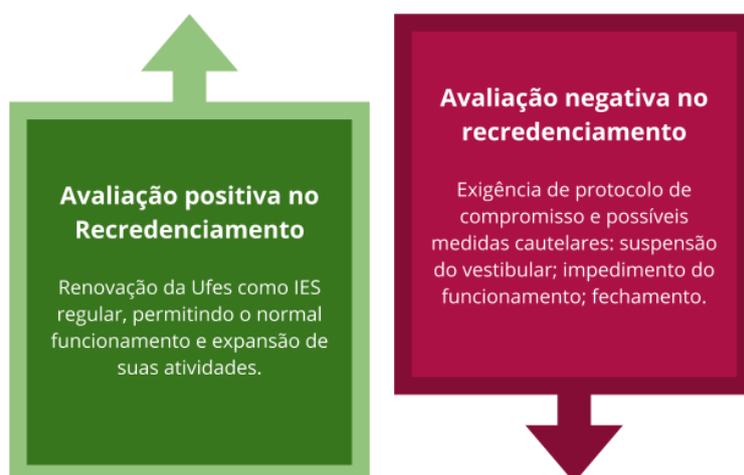
O processo de Recredenciamento Institucional é uma avaliação externa que se orienta por uma visão multidimensional que busca integrar suas naturezas formativa e de regulação, numa perspectiva de globalidade. Em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.



O Conceito Institucional, representado pela sigla CI, é o indicador de qualidade utilizado pelo MEC para determinar o nível de qualidade das IES. Ele varia de 1 a 5, sendo:



O Recredenciamento Institucional é o processo de avaliação institucional mais importante para a Ufes, visto que seu resultado determinará se nossa Universidade poderá funcionar normalmente ou, em caso de resultados insatisfatórios, se sofrerá Medidas Cautelares por parte do MEC.

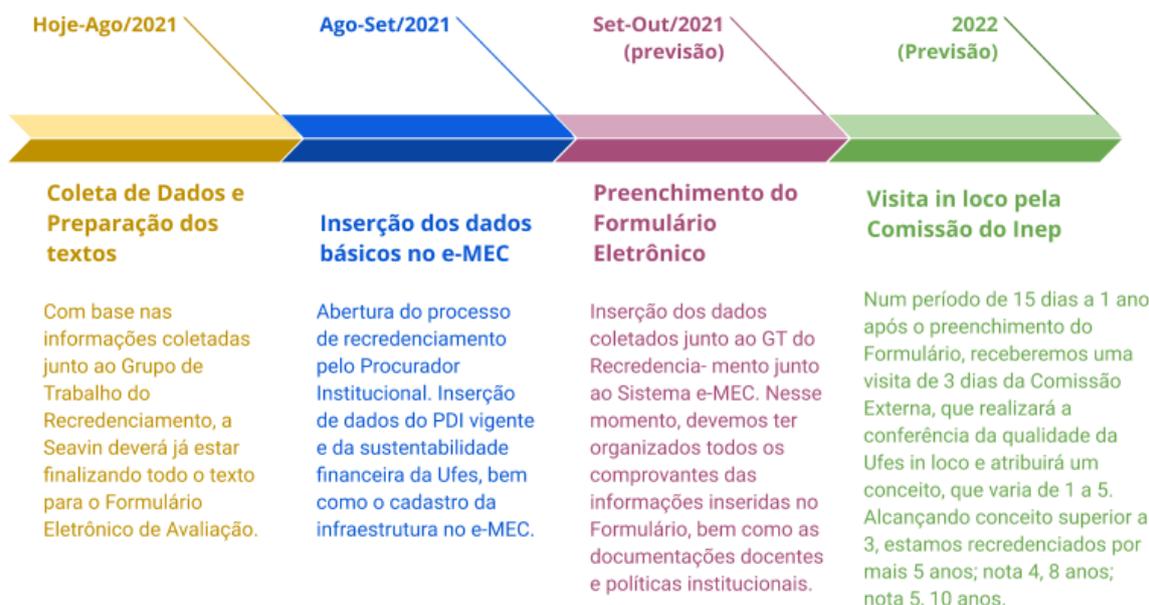


CRONOGRAMA

O Recredenciamento ocorrerá a partir de 10 anos decorridos do último ato de credenciamento (2011). A Ufes deverá solicitar, via Procurador Institucional, o credenciamento de acordo com o [calendário nacional estabelecido pela Portaria nº. 1.067/2020-MEC](#). De acordo com a referida portaria,

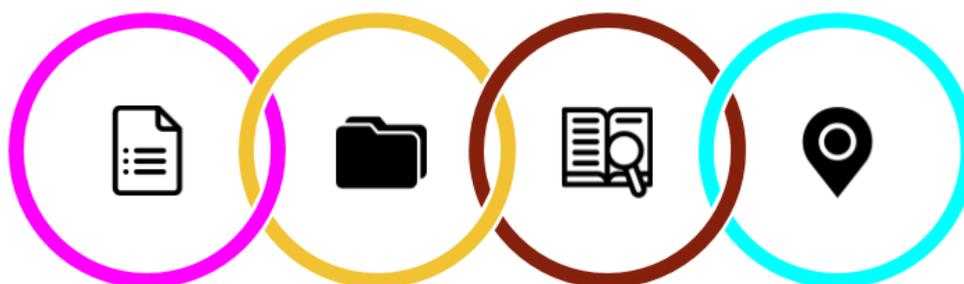
“Art. 4º Para processos de credenciamento de Instituição de Ensino Superior - IES e de reconhecimento de cursos cujo prazo de vigência do ato não coincida com os prazos de protocolo estabelecidos nos Anexos, as instituições deverão protocolar os pedidos antes do término da vigência, no período do calendário imediatamente anterior, com vistas a assegurar a regularidade da oferta, nos termos do art. 11, § 1º, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Desta forma, como a última Portaria de credenciamento da Ufes foi publicada em 28 de novembro de 2011 com validade de 10 anos, e considerando o Art. 4º anteriormente citado, **a Ufes deverá abrir processo de credenciamento no dia 1º de agosto de 2021.**



A comissão de visita *in loco* do MEC deverá avaliar a Ufes a partir do [Instrumento de Avaliação Institucional para Recredenciamento \(disponível neste link\)](#). É necessário obedecer ao rito previsto no novo instrumento, de forma DOCUMENTADA: relatórios descritivos e comprobatórios, contendo tanto uma síntese quanto os dados brutos. Temos cerca de 6 meses para executar todas as ações necessárias à abertura do processo, principalmente para coletar e compilar todas as informações sobre a Ufes a serem inseridas no Sistema e-MEC. Seremos avaliados sobre o seguinte:





Formulário Eletrônico de Avaliação

São os textos que serão inseridos no Sistema e-MEC para embasar a comissão externa. A Seavin postará os textos a partir das informações enviadas pelo Grupo de Trabalho do Recredenciamento (comissão já estruturada, composta por todos os setores da Ufes com o objetivo de subsidiar informações para o Recredenciamento).

Pasta de Documentação dos Docentes

Deverá ser realizada uma ação conjunta da Progep, STI e Siarq para coletar a documentação de todos os docentes da Ufes, a fim de comprovação (diplomas de especialização, mestrado ou doutorado).

Repositório Institucional da Ufes

A produção docente e discente deverá estar inserida no Repositório para a visita in loco. A política sobre Repositório deve estar em prática.

Centros do interior e Maruípe

A Ufes deverá elaborar um material sobre cada Centro: as salas de aula, os auditórios, as áreas de convivência e alimentação, as bibliotecas, os laboratórios, as instalações administrativas, hospitais, etc. Incluem-se aqui a Superintendência de Educação a Distância (Sead) e os Polos credenciados.

O RELATÓRIO DE RECRENCIAMENTO DE 2010

O Recredenciamento Institucional de 2010 resultou em um Relatório dividido em 10 dimensões. À época, os comentários não eram subdivididos em indicadores específicos. Dessa forma, as dimensões eram avaliadas em uma escala macro, de forma geral. As notas foram as seguintes:

1	MISSÃO E PDI	Nota 2
2	POLÍTICA PARA ENSINO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO	Nota 4
3	RESPONSABILIDADE SOCIAL DA IES	Nota 4
4	COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Nota 3
5	POLÍTICAS DE PESSOAL E CARREIRAS DE DOCENTES E TÉCNICOS	Nota 4
6	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA IES	Nota 3
7	INFRAESTRUTURA FÍSICA	Nota 3
8	PLANEJAMENTO DE AVALIAÇÃO	Nota 1
9	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES	Nota 2
10	SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	Nota 4

Os itens avaliados com conceito menor ou igual a 3 são pontos críticos e estão listados a seguir. Destaca-se que, na maioria dos pontos, a Ufes avançou bastante. Segue, *in verbis*, as observações dos avaliadores à época:

- “O resultado da autoavaliação não está sendo adequadamente utilizado como subsídio para a revisão permanente do PDI, uma vez que, como se constatou, vem sendo utilizado quase que exclusivamente para a revisão ou construção dos projetos pedagógicos de curso”.
- “Os canais de comunicação funcionam adequadamente e são acessíveis as comunidades internas e externas, possibilitando a divulgação das ações da UFES. A UFES mantém (i) o Jornal Informa, de periodicidade semanal, (ii) o Jornal UFES, ainda em fase experimental e de periodicidade bimestral, (iii) a TV UFES, que integra o Canal Universitário, com alcance na região metropolitana da Grande Vitória e a Rádio Universitária (FM), com alcance interno e externo. No entanto, comunidade acadêmica não está bem informada quanto às políticas e ações institucionais, oportunidades e serviços disponíveis a que tem direito”.
- “O planejamento e a avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional da IES não estão coerentes com o especificado no PDI, lhe faltando uma atuação efetiva e contínua”.
- “A Comissão Própria de Avaliação, apesar de implantada, não tem efetiva participação da comunidade interna (professores, estudantes e técnico-administrativos) ou externa nos processos de autoavaliação institucional. Não há divulgação adequada das análises e dos resultados das avaliações junto à comunidade acadêmica”.
- “A UFES implementa parcialmente ações acadêmico-administrativas baseadas nos resultados da autoavaliação e das avaliações externas”.
- “Os programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes, de realização de atividades científicas, esportivas e culturais, e de divulgação da sua produção não estão implantados de acordo com o PDI. Apesar de constar dos objetivos institucionais, a comunidade discente reclama da falta de apoio para a participação ou organização de eventos técnico-científicos”.
- “Há pouca participação discente junto aos órgãos colegiados, pois grande parte dos diretórios acadêmicos está em situação irregular”.
- “A UFES oferece para o seu corpo técnico-administrativo boas condições para o desenvolvimento de capacitação por meio de ações de treinamento interno e externo e incentiva a titulação. No entanto, há problemas na adequação formação X função X enquadramento”.
- “São mínimas as ações de acompanhamento dos egressos. Nesse sentido, acontecem apenas ações isoladas por iniciativa de alguns centros”.
- “Apesar dos esforços para se implementar todas as políticas de acessibilidade constantes do PDI, diversas ações ainda são necessárias para sua total implementação”.

Em resumo, devemos demonstrar com maior atenção a nossa evolução a partir de 2010 principalmente nos seguintes pontos:

Autoavaliação (divulgação, ferramenta de gestão, atualização do PDI);

Comunicação com a comunidade das atividades institucionais;

Coerência do PDI com a realidade;

Representatividade nos conselhos, colegiados e comissões;

Gestão de pessoas;

Acompanhamento de egressos;

Acessibilidade.

Atualmente, o Instrumento de Avaliação Institucional para Recredenciamento condensou as 10 dimensões em 5 eixos, a saber:



METODOLOGIA E RESPONSÁVEIS

A partir dessas exigências, devemos coletar e organizar todas as informações institucionais exigidas pelo MEC. Basicamente, são duas partes principais que precisam de atenção por este Grupo de Trabalho:

- Dados institucionais básicos (PDI, documentos da situação legal e de regularidade, Regimentos Internos e Instalações);
- Dados qualitativos específicos (itens constantes do Instrumento de Avaliação Institucional para Recredenciamento).

Os **DADOS BÁSICOS** deverão ser informados pela **Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan)**, pela **Pró-Reitoria de Administração (Proad)**, pela **Superintendência de Infraestrutura (SI)**, pela **Secretaria de Órgãos Colegiados Superiores (Socs)** e **pelos Centros de Ensino**. Desta forma, este é um subgrupo do Grupo de Trabalho do Recredenciamento. Tais dados já estão disponíveis, com exceção da parte de infraestrutura. É justamente nessa seara que a SI, a Proad e os Centros de Ensino deverão se debruçar com mais vigor, já que é a primeira informação a ser inserida no Sistema e-MEC. **Neste cenário, deveremos ter cadastrada toda a infraestrutura até 30 de junho de 2021 (prazo prorrogável) e o restante até o dia 31 de julho de 2021.**

Os **DADOS QUALITATIVOS ESPECÍFICOS** deverão ser informados por todos os setores agrupados no Grupo de Trabalho, e devem ser informados de acordo com a competência e a área de atuação. Apesar de ser menos itens por setor, a informação deverá ser qualitativa e comprobatória – ou seja, deveremos desenvolver um histórico evolutivo de 2010 à atualidade sobre cada indicador, na medida do possível, e juntar dados comprobatórios (relatórios de gestão, tabelas e gráficos comparativos, relatórios de fontes externas – TCU, CGU, MEC etc., auditorias e outros). Considerando todos os eixos avaliativos e as informações necessárias, os setores precisam elaborar textos e encaminhar comprovações sobre os seguintes indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional para Recredenciamento:

Pró-Reitorias

- Pró-Reitoria de Administração (Proad): indicadores 4.7 | 4.8 do Instrumento de Avaliação Institucional para Recredenciamento.
 - Diretoria de Materiais e Patrimônio/Proad: indicadores 5.7 | 5.16
 - Diretoria de Documentação Institucional/Proad: indicador 4.1
- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci): indicadores 2.4 | 2.5 | 3.11 | 3.12 | 5.5
- Pró-Reitoria de Extensão (Proex): indicadores 2.5 | 3.5 | 4.5
- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep): indicadores 4.1 | 4.2 | 4.3 | 4.4 | 5.6
- Pró-Reitoria de Graduação (Prograd): indicadores 2.2 | 2.4 | 3.1 | 3.7 | 3.11 | 4.5 | 5.5 | 5.7
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG): indicadores 2.2 | 2.3 | 2.4 | 2.5 | 3.2 | 3.3 | 3.4 | 3.6 | 3.12 | 4.2 | 4.3 | 4.4 | 4.5
 - Diretoria de Inovação Tecnológica/PRPPG: indicador 3.4
- Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan): como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) está sendo aplicado na prática, considerando os descritores dos indicadores do Eixo 2; indicadores 4.7 | 4.8 | 5.14 | 5.15 | 5.16 | 5.17

Secretarias e Superintendências

- Editora Universitária (Edufes): itens 3.6 | 3.12
- Superintendência de Comunicação (Supec): vídeos sobre a infraestrutura dos centros e órgãos suplementares; indicadores 3.6 | 3.9 | 3.10 | 3.12
- Superintendência de Educação a Distância (Sead): indicadores 2.6 | 2.7 | 3.1 | 4.4 | 4.6 | 5.13 | 5.18
- Superintendência de Infraestrutura (SI): documentações das edificações e alvarás; indicadores 5.1 | 5.2 | 5.3 | 5.6 | 5.7 | 5.11 | 5.12 | 5.14
- Superintendência de Tecnologia e Informação (STI): indicadores 3.6 | 4.1 | 5.7 | 5.11 | 5.14 | 5.15 | 5.16 | 5.17 | 5.18
- Secretaria de Avaliação Institucional (Seavin): todos os textos dos 5 eixos; indicadores 1.1 | 5.8
- Secretaria de Cultura (Secult): indicadores 2.3 | 2.4 | 3.4 | 3.6
- Secretaria de Órgãos Colegiados Superiores (SOCS): indicador 4.5
- Secretaria de Relações Internacionais (SRI): indicador 3.8

Centros de Ensino e Outros

- Biblioteca Central: indicadores 3.6 | 3.12 | 5.9 | 5.10
- Comissão Própria de Avaliação (CPA): indicadores 1.2 | 1.3 | 1.4 | 1.5 | 4.5
- Ouvidoria: 3.9 | 3.10
- Centros de Ensino: indicadores 2.3 | 2.4 | 3.4 | 3.6 | 3.12 | 4.5 | 5.2 | 5.3 | 5.4 | 5.5 | 5.7 | 5.11

O cadastro de todas as informações deverá ser realizado pelo Procurador Institucional (PI) da Ufes e pela Secretaria de Avaliação Institucional a partir dos dados levantados. O cadastro da infraestrutura no Sistema e-MEC poderá ser realizado com o auxílio de Auxiliares Institucionais a serem definidos pelo Procurador Institucional.

Os setores componentes do Grupo de Trabalho deverão utilizar a estrutura deste documento como base para a elaboração de seus relatórios, e deverão incluir os anexos comprobatórios de acordo com o tema. Basta preencher as informações constantes nos próximos capítulos, de acordo com suas competências (cada setor terá determinados itens a preencher). Ao final, cada setor terá seu próprio relatório, contendo todas as informações necessárias para que a Seavin alimente o Sistema e-MEC, bem como um documento oficial de cada área contendo um histórico da evolução institucional e todos os dados pertinentes para que os avaliadores possam apreciar.

DADOS INSTITUCIONAIS BÁSICOS

1 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

1.1 Perfil institucional

1.1.1 Missão, Objetivos e Metas da Instituição, na sua área de atuação

- Descrever a missão em sintonia com a área de atuação da IES nos cursos de graduação oferecidos/a oferecer;
- Descrever os objetivos de forma clara e em coerência com a missão institucional;
- Descrever as metas de desenvolvimento institucional e a sua correlação com o plano de ação e o cronograma ao longo da vigência do PDI 2021-2030.

1.1.2 Histórico e Desenvolvimento da Instituição de Ensino:

- Descrever os dados de criação e desenvolvimento da IES e como se caracteriza sua inserção regional para contribuir com as demandas de desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e cultural em sua área de abrangência.

1.1.3 É Instituição Tecnológica?

- Sim ou não.

1.1.4 Ano de Início do PDI.

- Informar o ano de início do PDI.

1.1.5 Ano de Término do PDI.

- Informar o ano de término do PDI.

1.2 Projeto pedagógico

- Descrever os princípios pedagógicos que orientam a ação educativa da IES;
- Descrever o perfil do egresso, indicativo da opção filosófico-educacional de formação do cidadão-profissional que a IES se empenha em formar, para contribuir com o desenvolvimento da sociedade onde está inserida;
- Descrever de que forma se dá a vinculação da oferta educacional da IES às demandas do desenvolvimento local e regional, da inclusão social, tecnologia, política e cultural, do respeito e preservação ambiental;
- Descrever as políticas para o ensino, incluindo as diretrizes e princípios pedagógicos para a concepção dos PPC de todos os cursos;
- Descrever a definição das metodologias de ensino a serem adotadas pelos cursos da IES, privilegiando o uso de recursos tecnológicos, princípios pedagógicos integradores e metodologias ativas de ensino e aprendizagem;
- Descrever a previsão de inovações pedagógicas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, projetos integradores, aprendizagem baseada em problemas, metodologias ativas de ensino e aprendizagem, aproveitamento de estudos e competências desenvolvidas no trabalho e outros meios, desenvolvimento de tecnologias, dentre outras;

- Descrever as políticas definidas para a pesquisa (se for o caso), a pós-graduação (se pertinente), a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica.

1.3 Implantação e desenvolvimento da instituição – programa de abertura de cursos de graduação presencial e sequencial

- Inserir a relação de cursos para os quais a IES já pleiteia autorização, como também cursos previstos no PDI 2021-2030, incluindo os dados relacionados a carga horária, grau, denominação e período de integralização (se houver).

1.4 Implantação e desenvolvimento da instituição – programa de abertura de cursos de pós-graduação e extensão

- Inserir a relação de cursos previstos para a oferta de pós-graduação e extensão, mantendo equilíbrio na proporcionalidade e natureza entre oferta de pós-graduação com extensão e com os cursos de graduação (se houver).

1.5 Organização didático pedagógica da instituição

- Descrever as formas de acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho docente;
- Descrever a definição de incorporação de avanços tecnológicos na oferta educacional;
- Descrever a definição das atividades práticas/complementares;
- Descrever os parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração dos currículos;
- Descrever as políticas/normatização para estágio supervisionado.

1.6 Perfil do corpo docente e corpo técnico-administrativo da instituição

1.6.1 Requisitos de titulação e experiência profissional do corpo docente

- Descrever os requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica, para contratação do corpo docente.

1.6.2 Critérios de seleção e contratação de professores

- Descrever descritos os critérios para seleção e contratação de professores.

1.6.3 Políticas de Qualificação e plano de carreira do corpo docente

- Descrever as políticas para qualificação continuada do corpo docente, inclusive de professores para a disciplina Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;
- Descrever o plano de carreira para os docentes.

1.6.4 Regime de trabalho e procedimentos de substituição eventual de professores:

- Descrever o regime de trabalho do corpo docente, com respeito aos percentuais mínimos exigidos para os regimes de trabalho integral, parcial e ou horista, com observância ao Decreto nº 5.786/06 para os Centros Universitários. Para universidades e centros universitários é exigido que 1/5 do quadro docente tenha regime de tempo integral.
- Descrever os procedimentos para substituição eventual de Professores do quadro.

1.6.5 Cronograma de expansão do corpo docente

- Descrever a previsão da expansão do corpo docente em relação à expansão dos cursos no prazo de vigência do PDI 2021-2030. Deve ter correlação também com as metas institucionais.

1.6.6 Corpo técnico-administrativo

- Descrever os critérios para seleção e contratação do corpo técnico-administrativo.

1.6.7 Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo

- Descrever a previsão da expansão do corpo técnico-administrativo em relação à expansão dos cursos no prazo de vigência do PDI. Deve ter correlação também com as metas institucionais.

1.7 Organização administrativa da instituição

1.7.1 Estrutura Organizacional da IES

- Descrever estrutura organizacional da IES, informando as formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos.

1.7.2 Procedimento de Autoavaliação Institucional

- Descrever o projeto de auto-avaliação institucional, contemplando as 10 dimensões especificadas no art. 3º da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, detalhando os procedimentos/processos para sua realização, metodologias, formulários e etapas - coleta e tabulação de dados, relatório geral, divulgação e as formas de utilização dos resultados;
- Descrever a Comissão Própria de Avaliação - CPA com sua composição com a participação de representantes dos docentes, dos alunos, dos técnicos administrativos e da sociedade civil organizada, sem predominância de nenhum segmento.

1.7.3 Procedimento de Atendimentos aos Alunos:

- Descrever o funcionamento do órgão de apoio pedagógico e o programa de nivelamento de alunos, assim como as estratégias de acompanhamento dos egressos da IES.

1.8 Infraestrutura e instalações acadêmicas

- Descrever os ambientes da IES, em especial os laboratórios, salas de aula, salas de apoio pedagógico e administração.
- Descrever as informações referentes à Biblioteca:
 - acervo com total de títulos e de exemplares e os periódicos previstos;
 - a política de expansão e atualização do acervo;
 - informatização da consulta ao acervo;
 - horários de funcionamento;
 - nome e matrícula do bibliotecário.

1.9 Atendimento de pessoas com necessidades especiais

- Descrever as políticas e adequações de infraestrutura física, relativas à promoção da acessibilidade, atendimento prioritário, imediato e diferenciado para utilização, com segurança e autonomia total ou assistida, por pessoas portadoras de necessidades especiais, em atendimento ao art. 16, inciso VII, alínea "c" do Decreto nº 5.773/2006 e Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004;
- Descrever de que forma os dispositivos, sistemas e meios de comunicação para o auxílio de deficientes visuais, em atendimento ao disposto no Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, são utilizados;
- Descrever os serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, contemplando os equipamentos disponibilizados, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso VII, alínea "c" do Decreto nº 5.773/2006 e art. 14, § 1º, inciso VIII do Decreto nº 5626/2005.

1.10 Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira

- Preencher demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira contemplando todos os anos da vigência do PDI. Deverão ser especificadas as informações relacionadas a receitas e despesas esperadas, para cada ano do PDI:

2021	
RECEITAS	
Anuidade/Mensalidade (+)	R\$
Bolsas (-)	R\$
Diversos (+)	R\$
Financiamentos (+)	R\$
Inadimplência (-)	R\$
Serviços (+)	R\$
Taxas (+)	R\$
DESPESAS	
Acervo Bibliográfico (-)	R\$
Aluguel (-)	R\$
Despesas Administrativas (-)	R\$
Encargos (-)	R\$
Equipamentos (-)	R\$
Eventos (-)	R\$
Investimento (compra de imóvel) (-)	R\$
Manutenção (-)	R\$
Mobiliário (-)	R\$
Pagamento Pessoal Administrativo (-)	R\$
Pagamento Professores (-)	R\$
Pesquisa e Extensão (-)	R\$
Treinamentos (-)	R\$

1.11 Ato autorizativo anterior ou ato de criação

- Anexar arquivo contendo o documento anterior de credenciamento/recredenciamento da IES, preferencialmente em formato PDF. Preencher os campos descritivos do documento: Tipo de documento (Portaria); Número do documento; Data do documento; Data de publicação; Data de criação.

1.12 Outros

- Descrever informações complementares que não foram descritas nos demais itens do PDI 2021-2030.

2 SITUAÇÃO LEGAL, REGULARIDADE FISCAL E PATRIMÔNIO

2.1 Situação legal

- Atos Constitutivos: Estatuto da Ufes
- Comprovante de CNPJ
- Certidão de Regularidade com FGTS (O documento a ser anexado não pode constar nenhuma pendência sem a devida justificativa, deve ter prazo de validade vigente na data do protocolo e estar no nome da mantenedora)
- Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União

2.2 Regularidade fiscal

- Não se aplica à Ufes.

2.3 Demonstração de patrimônio

2.3.1 Balanço Financeiro

- Apresentar demonstrativo patrimonial e financeiro da Mantenedora, referente ao exercício anterior à abertura do processo no sistema e-MEC, devidamente assinado por contador registrado no CRC e pelo dirigente da Mantenedora.

2.3.2 Demonstrações Contábeis

- No caso de mantenedora Sem Fins Lucrativos, apresentar demonstração contábil com a previsão da aplicação de seus excedentes financeiros para os fins da instituição mantida, não remuneração ou concessão de vantagens ou benefícios a seus instituidores, dirigentes, sócios, conselheiros, ou equivalentes e, em caso de encerramento de suas atividades, destinação de seu patrimônio a outra instituição congênera ou ao Poder

Público. No caso de mantenedora com fins lucrativos, a demonstração contábil deve ser atestada por contador registrado no CRC e conter as assinaturas do responsável pela mantenedora e do contador.

3 REGIMENTO DA INSTITUIÇÃO

- Anexar os seguintes documentos:
 - Estatuto da Ufes
 - Regimento Interno
 - Resolução do Organograma da Ufes
 - Manual do Aluno
 - Resoluções de processos seletivos e reserva de vagas
 - Resoluções sobre Estágio
 - Resolução e Normativas sobre elaboração de PPCs
 - Regulamento sobre transferências

4 INSTALAÇÕES

Devem ser descritas todas as instalações da Ufes, bem como seus equipamentos existentes em cada ambiente. Prédio por prédio, sala por sala. Inserir aqui a relação geral de prédios sob responsabilidade de seu setor e realizar o preenchimento do Formulário Google, disponível em <https://goo.gl/forms/y3fLMf3x3Fij3YR33>. Se houver algum levantamento em outro formato, solicitamos que envie à Seavin para verificar se atende às exigências do MEC ou se é necessário maior detalhamento.

- Prédio A
 - Sala A
 - Sala B
 - Sala C
 - WC 1
 - WC 2
 - Laboratório A
 - Laboratório B
 - Biblioteca Setorial
 - Secretaria A
 - Secretaria B
- Prédio B
 - Sala A
 - Sala B
 - Sala C
 - WC 1
 - WC 2
 - Laboratório A
 - Laboratório B
 - Biblioteca Setorial
 - Secretaria A
 - Secretaria B

DADOS QUALITATIVOS ESPECÍFICOS

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Todos os itens devem ser respondidos considerando a evolução institucional a partir do ano de 2010. Desta forma, devemos demonstrar a EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL de 2010 à atualidade. Os textos para cada item não precisam ser extensos; mas é necessário que se insira comprovações dos dados apresentados (relatórios de gestão, tabelas e gráficos comparativos, relatórios de fontes externas – TCU, CGU, MEC etc., auditorias e outros).

[Em cada item deve ser informado exatamente o que se pede no descritor. Atenção aos termos dos descritores – alguns deles possuem conceitos próprios. Consulte o Glossário dos Instrumentos de Avaliação, disponível nesse link.](#)

FORMULÁRIO ELETRÔNICO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Eixo 1: Planejamento e avaliação institucional

1.1 Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional

O Relato Institucional deve analisar e sintetizar o histórico da Ufes, o conceito de avaliações externas, o desenvolvimento e divulgação dos processos de autoavaliação, o plano de melhorias e processos de gestão a partir das avaliações externas e internas, demonstrando a implementação de ações efetivas na gestão da IES, evidenciando a evolução institucional e de que forma é apropriado pelos gestores, docentes/colaboradores e discentes.

1.2 Processo de autoavaliação institucional

Demonstrar que o processo de autoavaliação institucional atende às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional, com evidência de que todos os segmentos da comunidade acadêmica estão sensibilizados e se apropriam seus resultados.

1.3 Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica

Demonstrar como o processo de autoavaliação ocorre com participação da sociedade civil organizada e de todos os segmentos da comunidade acadêmica (vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um deles), com abrangência de instrumentos de coleta e índice de participação crescente.

1.4 Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados

Demonstrar como os resultados são divulgados, referentes à autoavaliação institucional e às avaliações externas, se são analíticos e se são apropriados por todos os segmentos da comunidade acadêmica.

1.5 Relatórios de autoavaliação

Descrever de que forma os relatórios de autoavaliação estão de acordo com a previsão de postagem para cada ano do triênio (considerando os relatórios parciais e final previstos no planejamento da CPA), de que forma eles possuem clara relação entre si, como impactam o processo de gestão da instituição e como promovem mudanças inovadoras.

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

2.1 Missão, objetivos, metas e valores institucionais

Demonstrar como a missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estão expressos no PDI 2021-2030, como comunicam-se com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa, como traduzem-se em ações institucionais internas, transversais a todos os cursos, e externas, por meio dos projetos de responsabilidade social.

2.2 PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação

Demonstrar o alinhamento entre o PDI 2021-2030 e a política de ensino, considerando os métodos e as técnicas didático-pedagógicas e as metodologias utilizadas (que devem favorecer o atendimento educacional especializado e as atividades de avaliação, o que se traduz nas práticas de ensino de graduação e de pós-graduação), bem como a incorporação de avanços tecnológicos e metodologias que incentivam a interdisciplinaridade e se há ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras na área.

2.3 PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural

Demonstrar o alinhamento entre o PDI 2021-2030 e a política e as práticas de pesquisa e de iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural, verificando-se práticas acadêmicas voltadas à produção e à interpretação do conhecimento, e as linhas de pesquisa e de trabalho transversais aos cursos ofertados e mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade.

2.4 PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial

Demonstrar que o PDI 2021-2030 possui políticas institucionais que se traduzem em ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e em ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, de modo transversal aos cursos ofertados, e como isso amplia as competências dos egressos e oferta mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade.

2.5 PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social

Demonstrar que há alinhamento entre o PDI 2021-2030 e as políticas institucionais para o desenvolvimento econômico e social, considerando a melhoria das condições de vida da população e as ações de inclusão e empreendedorismo, como se articula os objetivos e valores da IES e se há ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras na área.

2.6 PDI e política institucional para a modalidade EaD

Demonstrar que a política institucional para a modalidade a distância está articulada com o PDI 2021-2030 e contempla o alinhamento da base tecnológica institucional com o projeto pedagógico da sua utilização, observando a formação pretendida para os discentes (na sede e nos polos) e considerando as condições reais da localidade de oferta.

2.7 Estudo para implantação de polos EaD

Deve-se demonstrar que o PDI 2021-2030 apresenta estudo para implantação de polos EAD que considera sua distribuição geográfica e aspectos regionais sobre a população do ensino médio, a demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos, bem como a contribuição do(s) curso(s) ofertado(s) para o desenvolvimento da comunidade e os indicadores estabelecidos no PNE vigente.

Eixo 3: Políticas acadêmicas

3.1 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação

Deve-se demonstrar como as ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de graduação e de que forma se dá a atualização curricular sistemática, a oferta de componentes curriculares na modalidade a distância, a existência de programas de monitoria em uma ou mais áreas, a existência de nivelamento, se são transversais a todos os cursos, a existência de mobilidade acadêmica com instituições nacionais ou internacionais, e há ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras na área. Anexar a Política de Ensino aprovada pelos Conselhos Superiores.

3.2 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu

Deve-se demonstrar como as ações acadêmico-administrativas constantes do PDI 2021-2030 estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação *lato sensu*, considerando a aprovação pelos colegiados da IES, o acompanhamento e a avaliação dos cursos ofertados, o atendimento às demandas socioeconômicas da região de inserção da IES e a articulação da oferta dos cursos *lato sensu* com as áreas da graduação; adicionalmente, deve-se demonstrar que mais de 50% dos docentes são mestres ou doutores e se há outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras. Anexar a Política de Pós-Graduação *lato sensu* aprovada pelos Conselhos Superiores.

3.3 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação stricto sensu

Deve-se demonstrar como as ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, considerando sua articulação com a graduação, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa, de iniciação científica e da atuação de professores dos programas de pós-graduação *stricto sensu* na graduação; adicionalmente, deve-se demonstrar que a IES possui pelo menos um programa de pós-graduação *stricto sensu* avaliado com conceito 6 ou 7 pela CAPES (se houver). Anexar a Política de Pós-Graduação *stricto sensu* aprovada pelos Conselhos Superiores.

3.4 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa, iniciação científica, inovação tecnológica e desenvolvimento artístico e cultural

Deve-se demonstrar como as ações acadêmico-administrativas para a pesquisa, iniciação científica, inovação tecnológica e desenvolvimento artístico e cultural estão em conformidade com as políticas estabelecidas, com garantia de divulgação no meio acadêmico, se são estimuladas com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou

de agências de fomento e de que forma se promovem práticas reconhecidamente exitosas ou inovadoras. Anexar as Políticas de Pesquisa, IC, Inovação e Desenvolvimento Artístico e Cultural aprovadas pelos Conselhos Superiores.

3.5 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão

Deve-se demonstrar como as ações acadêmico-administrativas para a extensão estão em conformidade com as políticas estabelecidas, considerando práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa, com garantia de divulgação no meio acadêmico, e se são estimuladas com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento; e de que forma promovem práticas reconhecidamente exitosas ou inovadoras. Anexar a Política de Extensão aprovada pelos Conselhos Superiores.

3.6 Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica

Deve-se demonstrar como as ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica promovem publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais, como incentivam a participação dos docentes em eventos de âmbito local, nacional e internacional, e se há a organização e publicação de revista(s) acadêmico-científica(s) indexada(s) no Qualis. Anexar a Política que trata de Produção Acadêmica aprovada pelos Conselhos Superiores.

3.7 Política institucional de acompanhamento dos egressos

Deve-se demonstrar como a política institucional garante mecanismo de acompanhamento de egressos, se há a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional, quais os estudos comparativos entre a atuação do egresso e a formação recebida já foram feitos, e de que forma os resultados desse acompanhamento subsidiam ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho. Destacar como são promovidas outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras na área. Anexar a Política de Acompanhamento de Egressos.

3.8 Política institucional para internacionalização

Deve-se demonstrar como a política institucional para a internacionalização está articulada com o PDI, como se apresentam as atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio e se são coordenadas por um grupo regulamentado, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais de ensino e de mobilidade docente e discente. Anexar a Política de Internacionalização.

3.9 Comunicação da IES com a comunidade externa

Deve-se demonstrar como os canais de comunicação externa divulgam informações de cursos, de programas, da extensão e da pesquisa (quando houver), publicam documentos institucionais relevantes, possuem mecanismos de transparência institucional e de ouvidoria, permitem o acesso às informações acerca dos resultados da avaliação interna e externa, apresentam instância específica que atua transversalmente às áreas e se promovem outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

3.10 Comunicação da IES com a comunidade interna

Deve-se demonstrar como a comunicação da IES com a comunidade interna promove a transparência institucional, por meio de canais diversificados, impressos e virtuais, favorecendo o acesso por todos os segmentos da comunidade

acadêmica, divulgando os resultados das avaliações interna e externa, e se disponibiliza ouvidoria e fomenta a manifestação da comunidade, gerando insumos para a melhoria da qualidade institucional.

3.11 Política de atendimento aos discentes

Deve-se demonstrar como a política de atendimento aos discentes contempla programas de acolhimento e permanência do discente, programas de acessibilidade, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados e apoio psicopedagógico, e se existe uma instância que permite o atendimento discente em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição; e de que forma se promovem outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras na área.

3.12 Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos - graduação e pós-graduação

Deve-se demonstrar como as políticas institucionais e ações de estímulo garantem apoio financeiro ou logístico para a organização e participação em eventos na IES e de âmbito local, nacional ou internacional, e como se dá o apoio à produção acadêmica discente e à sua publicação em encontros e periódicos nacionais e internacionais.

Eixo 4: Políticas de gestão

4.1 Titulação do corpo docente

Política e Relatório completo de todo o corpo docente da universidade: professores efetivos, substitutos, visitantes, voluntários, com pastas e comprovantes a cargo da Progep, STI e Siarq.

4.2 Política de capacitação docente e formação continuada

Política e Relatório de capacitação docente e formação continuada abrangendo o período de 2010-2021 – a cargo da PRPPG e Progep. Não apenas a licença para mestrado, doutorado ou pós-doutorado, mas também a participação em eventos, em cursos etc. Demonstrar como a política de capacitação docente e formação continuada garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e a qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado, com práticas consolidadas, instituídas e publicizadas.

4.3 Política de capacitação e formação continuadas para o corpo técnico-administrativo

Política e relatório de capacitação docente e formação continuada abrangendo o período de 2010-2021 – a cargo da PRPPG e Progep. Não apenas a licença para mestrado, doutorado ou pós-doutorado, mas também a participação em eventos, em cursos etc. Demonstrar como a política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica na graduação e/ou em programas de pós-graduação, com práticas consolidadas e institucionalizadas.

4.4 Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância

Política e relatório de capacitação de tutores e formação continuada abrangendo o período de 2010-2021 – a cargo da SEAD, PRPPG e Progep. Não apenas mestrado, doutorado ou pós-doutorado, mas também a participação em eventos, em cursos etc. Demonstrar como a política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais

e a distância garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica em graduação e/ou programas de pós-graduação, com práticas consolidadas e institucionalizadas.

4.5 Processos de gestão institucional

Demonstrar como os processos de gestão institucional consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil organizada e dos tutores (estes, quando for o caso), como se regulamentam o mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados; como se sistematizam e divulgam as decisões colegiadas e como a apropriação pela comunidade interna é assegurada. Descrever como se dá o funcionamento dos órgãos superiores, das decisões colegiadas, e da participação da comunidade, em âmbito administrativo e acadêmico. O SOCS, as diversas Câmaras (graduação, pós-graduação, extensão, pesquisa etc.) e as direções de Centro (câmaras departamentais, colegiados de curso, NDEs e demais órgãos colegiados) deverão dar seu apoio. É necessário ter comprovações das reuniões em todos os âmbitos – atas devidamente registradas e assinadas (não há necessidade de apensá-las neste documento; mas devem estar disponíveis para consulta durante a visita *in loco*).

4.6 Sistema de controle de produção e distribuição de material didático

Demonstrar como o sistema de controle de produção e distribuição de material didático considera o atendimento da demanda; descrever a equipe técnica multidisciplinar responsável, as estratégias que garantem a acessibilidade comunicacional, a disponibilização por diferentes mídias, suportes e linguagens, o plano de atualização do material didático e o apoio à produção de material autoral pelo corpo docente.

4.7 Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional

Demonstrar como o orçamento é formulado a partir do PDI 2021-2030, como está de acordo com as políticas de ensino, extensão e pesquisa, como prevê ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos e como apresenta estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho institucionalizados.

4.8 Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna

Demonstrar como o orçamento considera as análises do relatório de avaliação interna e como dispõe de ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas (estas, capacitadas para a gestão de recursos), orientando a tomada de decisões internas.

Eixo 5: Infraestrutura

5.1 Instalações administrativas

Descrever como as instalações administrativas são adequadas às atividades, à guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica, à acessibilidade. Informar de que forma se dá a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial e a existência de recursos tecnológicos diferenciados. Deve ser elaborado um texto descrevendo as instalações administrativas da Reitoria, Pró-Reitorias, Direções de Centro etc. É importante lembrar que as construções da Ufes em sua maioria já possuem mais de 40 anos, portanto, feitas num período

diferente em termos tecnológicos e de acessibilidade – ou seja, deve-se destacar esta realidade e o que está sendo feito para melhorar.

5.2 Salas de aula

Descrever como as salas de aula atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados. É importante demonstrar a expansão da Ufes e o REUNI. Apensar relatórios de instalações, de acessibilidade e de manutenções.

5.3 Auditórios

Descrever como os auditórios atendem às necessidades institucionais, considerando a acessibilidade, o conforto, o isolamento e a qualidade acústica e, quando houver, a existência de recursos tecnológicos multimídia, incluindo-se a disponibilidade de conexão à internet e de equipamentos para videoconferência. Não esquecer do Teatro e do Cine Metrópolis que atendem também como auditórios, e outros espaços semelhantes nos centros. Quadra de esportes não se enquadra. Apensar relatórios de instalações, de acessibilidade e de manutenções.

5.4 Salas de professores

Descrever como as salas de professores atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados. Apensar relatórios de instalações, de acessibilidade e de manutenções.

5.5 Espaços para atendimento aos discentes

Descrever como os espaços para atendimento aos discentes atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a possibilidade de implementação de variadas formas de atendimento. Apensar relatórios de instalações, de acessibilidade e de manutenções.

5.6 Espaços de convivência e de alimentação

Descrever como os espaços de convivência e de alimentação atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, a dimensão necessária para integração entre os membros da comunidade acadêmica e a existência de serviços variados e adequados. Não esquecer os restaurantes universitários de todos os centros, as cantinas e o Centro de Vivência. Apensar relatórios de instalações, de acessibilidade e de manutenções, bem como outros relatórios pertinentes – por exemplo: plano de nutrição; relatórios de compras; relatórios de atendimento à comunidade etc.

5.7 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física

Descrever como os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, as normas de segurança, a avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados. Apensar relatórios de segurança, de biossegurança (quando for o caso), de instalações, de acessibilidade, de atualização de equipamentos, de aquisição de materiais e de manutenções.

5.8 Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA

Descrever como a infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA atende às necessidades institucionais, considerando o espaço de trabalho para seus membros, as condições físicas e de tecnologia da informação para a coleta e análise de dados, os recursos tecnológicos para implantação da metodologia escolhida para o processo de autoavaliação e recursos ou processos comprovadamente inovadores.

5.9 Bibliotecas: infraestrutura

Descrever como a infraestrutura para bibliotecas atende às necessidades institucionais, apresenta acessibilidade, possui estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo, fornece condições para atendimento educacional especializado e disponibiliza recursos comprovadamente inovadores.

5.10 Bibliotecas: plano de atualização do acervo

O plano de atualização do acervo deve estar descrito no PDI 2021-2030, e deve ser demonstrada a viabilidade para sua execução, considerando a alocação de recursos, ações corretivas associadas ao acompanhamento e à avaliação do acervo pela comunidade acadêmica e a existência de dispositivos inovadores.

5.11 Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente

Descrever como as salas de apoio de informática ou estrutura equivalente atendem às necessidades institucionais, considerando os equipamentos, as normas de segurança, o espaço físico, o acesso à internet, a atualização de softwares, a acessibilidade (incluindo recursos tecnológicos transformadores), os serviços, o suporte, as condições ergonômicas e a oferta de recursos de informática comprovadamente inovadores. Apensar detalhamento descritivo – laboratórios de informática, rede wireless, relatórios de instalações, de manutenções, de atualização de softwares, de acessibilidade digital e física, bem como normas de utilização e de segurança.

5.12 Instalações sanitárias

Descrever como as instalações sanitárias atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, as condições de limpeza e segurança, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de banheiros familiares e fraldários.

5.13 Estrutura dos polos EAD

Descrever como a estrutura física, tecnológica e de pessoal nos polos permite a execução das atividades previstas no PDI, viabiliza a realização das atividades presenciais, apresenta acessibilidade, é adequada ao projeto pedagógico dos cursos vinculados, propicia interação entre docentes, tutores e discentes e possui modelos tecnológicos e digitais aplicados aos processos de ensino e aprendizagem e diferenciais inovadores comprovadamente exitosos.

5.14 Infraestrutura tecnológica

Deve ser demonstrado como a base tecnológica explicitada no PDI apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço, a

segurança da informação e o plano de contingência, com condições de funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana.

5.15 Infraestrutura de execução e suporte

Sobre os serviços relacionados à internet, deve ser demonstrado como a infraestrutura de execução e suporte atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços e meios apropriados para sua oferta, apresentando um plano de contingência, redundância e expansão.

5.16 Plano de expansão e atualização de equipamentos

O STI e o DMP/Proad deverão apresentar este plano com apoio da Proplan. Deve ser demonstrada a viabilidade para executar o plano de expansão e atualização de equipamentos descrito no PDI, contendo relatório de acompanhamento baseado em metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho; e as ações associadas à correção do plano a partir do relatório de acompanhamento.

5.17 Recursos de tecnologias de informação e comunicação

Detalhamento descritivo a cargo do STI, com apoio da Proplan. Deve ser demonstrado como os recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução do PDI, viabilizam as ações acadêmico-administrativas, garantem a acessibilidade comunicacional, permitem a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica e apresentam soluções tecnológicas comprovadamente inovadoras)

5.18 Ambiente virtual de Aprendizagem – AVA

Detalhamento descritivo a cargo da SEAD, com o apoio do STI. Deve ser demonstrado como o AVA está integrado com o sistema acadêmico e atende aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais para educação a distância estabelecidas pela IES, garantindo a interação entre docentes, discentes e tutores, com adoção de recursos inovadores.